



História Unisinos

E-ISSN: 2236-1782

efleck@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Brasil

Brones, Sophie

Al-Khandaq al-Ghamiq. Memórias de um bairro em ruína no centro de Beirute

História Unisinos, vol. 15, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 382-389

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866828006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Al-Khandaq al-Ghamiq. Memórias de um bairro em ruína no centro de Beirute

Al-Khandaq al-Ghamiq. Memories of a wounded quarter in the center of Beirut

Sophie Brones²

sophiebrones@yahoo.com

Resumo. O que acontece no cotidiano de uma cidade como Beirute, onde as marcas da guerra que a maltratou durante 15 anos se mostram ainda hoje, em numerosos lugares, ao olhar de seus habitantes? A descrição do uso da memória na escala de um bairro destruído da capital permite a construção das temporalidades urbanas em ligação com o período das guerras libanesas (1975-1990). A cidade, espaço do cotidiano das práticas comuns, constitui um suporte e um vetor das expressões memoriais. Assim, na banalização das destruições ou na criação de lugares memoráveis, resultado de empreendimentos memoriais militantes, a sociedade cidadina qualifica as marcas da guerra que muitas vezes simbolizam o que, precisamente, foi uma das questões da guerra civil: a coexistência das comunidades no espaço urbano. Justamente por essa razão, se o suposto objeto memorial é a guerra, sua força evocativa não se limita a isso. A análise do que acontece em torno dos edifícios em ruínas do bairro de Khandaq al-Ghamiq, antigo bairro misto de Beirute, visa compreender a construção das identificações coletivas urbanas contemporâneas. As práticas de transmissão, herança e as representações de que esses edifícios são objeto revelam a complexidade das relações entre as lembranças julgadas “benéficas” e o que pode parecer o negativo do trabalho da memória, suas zonas de sombra e de negação de certos episódios do passado. Em razão disso, o que poderia parecer, num primeiro momento, uma lacuna ligada às condições particulares da pesquisa torna-se, na análise, revelador das tensões que regem a maneira e o poder de dizer (ou não) a guerra.

Palavras-chave: Al-Khandaq al-Ghamiq, ruínas, memória coletiva.

Abstract. What is living in a city where the damages of the civil war (1975-1990) are still visible for its inhabitants? The description of the use of memory in a wounded district of Beirut aims to analyze the construction of urban temporalities in connection with the period of the Lebanese wars (1975-1990). The city space is approached here as the frame of everyday life and common and ordinary practices. It constitutes both a support and a vector of the expressions of memory. By creating monuments or by forgetting ruined buildings, society qualifies the war traces which very often symbolize what was one of the main issues in the civil war: the coexistence of communities in the urban space. However, if these traces supposedly refer to the war, their suggestive strength does not limit itself to it. The analysis of what takes place around buildings in ruins of the district of Khandaq al-Ghamiq, a former multicomunity district of Beirut, aims to understand the construction of the contemporary urban collective identifications. The practices of memory transmission,

¹ Uma primeira versão desse artigo foi publicada em francês, com o título “Al-Khandaq al-Ghamiq ou la mémoire en ruine” (in MERMIER, F.; VARIN, C. 2010. *Mémoires de guerres au Liban* (1975-1990). Arles, Actes Sud, p. 441-458). Essa obra resulta de um projeto coletivo de pesquisas pilotado pelo Institut Français du Proche-Orient entre 2007 e 2010 sob a direção de Franck Mermier, em parceria com a Université Saint-Joseph de Beyrouth, financiado pela Agence Nationale pour la Recherche. Esta versão em português foi traduzida e revisada por Rosa Alice Mosimann.

² Pesquisadora associada à equipe do Laboratório de antropologia urbana do *Institut Interdisciplinaire d'Anthropologie du Contemporain* (HAC/LAU, EHESS-CNRS).

inheritance and the representations of these buildings reveal the complexity of the relations between good souvenirs and forgetting that can appear as the negative of the work of memory. Therefore, what could appear at first sight as a gap related to the particular conditions of the field investigation reveals, in the analysis, the tensions that govern the way and the power to talk (or not to talk) about the war.

Key words: Al-Khandaq al-Ghamiq, ruins, collective memory.

O que acontece no cotidiano de uma cidade como Beirute, onde as marcas da guerra que a maltratou durante 15 anos se mostram ainda hoje, em numerosos lugares, ao olhar de seus habitantes? Na escala de um bairro destruído da capital, a descrição dos usos da memória permite aproximar a construção das temporalidades urbanas ligadas ao período das guerras libanesas (1975-1990). Os “usos da memória” observados aqui se unem às estratégias residenciais e às representações de espaços familiares, objetos de herança, ontem e hoje. A cidade, abordada enquanto espaço do cotidiano e das práticas comuns, constitui um suporte e um vetor das expressões memoriais. Assim, na banalização das destruições ou na criação de lugares memoráveis, resultado de empreendimentos memoriais militantes, a sociedade cidadina qualifica as marcas da guerra que muitas vezes simbolizam o que, precisamente, foi uma das questões da guerra civil: a coexistência das comunidades no espaço urbano.

Em Beirute, uma parte importante das práticas do espaço resulta da ordem urbana instaurada pela sociedade de guerra. São testemunho disso, notadamente, os itinerários seletivos na cidade, estratégias de evitação desenvolvidas por numerosos cidadãos a fim de contornar certos bairros comunitários e, em particular, as dos táxis e “serviços” que rasgam quotidianamente a cidade. Pode-se imputar a permanência dessas práticas, desde o fim da guerra em 1990³, à instabilidade política e aos episódios sucessivos de violência que engendraram, desde então, destruições mais ou menos espetaculares do quadro construído. Nas periferias da cidade, notadamente na periferia sul (*al dâbiye*), os bombardeios israelenses do verão de 2006 transformaram o bairro de Haret Hreik num vasto canteiro de reconstrução⁴. No centro, a duração de vida da SOLIDERE, sociedade encarregada da reconstrução do bairro desde 1991, foi prorrogada de 25 para 75 anos (Decreto de 1999), e, nos bairros pericentrais, os traços da guerra subsistem, hoje ainda, em numerosas construções, enquanto a especulação imobiliária sobre os terrenos ocu-

pados por construções anteriores aos anos sessenta contribui para renovar-lhes a paisagem num ritmo desenfreado.

No fim da guerr, as destruições se concentravam, essencialmente, no antigo centro da cidade, ao longo da linha de demarcação e na periferia sul. Na ausência de um planejamento geral de reconstrução – com exceção do plano diretor da SOLIDERE para o centro, e infraestruturas com apoio da municipalidade – a paisagem atual da cidade não reflete tanto, pois, um poder de planejamento único, órgão da “doutrina do tempo” (Dieudonné, 1994, p. 8), mas as diversas *maneiras de fazer* de que os cidadãos, promotores e proprietários, regulamentados bem ou mal pelos poderes públicos, são os principais atores. Assim, a particularidade da situação atual está ligada à temporalidade própria que se desenvolveu ali face a dois elementos fundamentais. De um lado, o Estado, extremamente enfraquecido ao fim de 15 anos de guerra, nunca assumiu a reconstrução da cidade em seu conjunto. Por outro, a ambiguidade da situação política de guerra⁵ desacelerou a discussão de problemas, afinal urgentes, como a volta dos deslocados a sua região de origem. A permanência deles enquanto “refugiados” em certos bairros da cidade constituiu um real fator de bloqueio desses espaços que guardaram, até hoje, sua fisionomia de pós-guerra. Além disso, esse imobilismo aumentou a extensão e a usura das construções destruídas pela guerra e a recomposição das sociabilidades das quais esses espaços são o quadro. A amplitude das destruições físicas da cidade e o debate público do pós-guerra sobre a reconstrução do centro da cidade tiveram tendência a mascarar as transformações demográficas e sociais de certos bairros (Verdeil, 2002).

A ruína como traço mnemônico

Considerando a materialidade das destruições, pode-se dizer que o impacto da guerra sobre a construção em Beirute se lê numa grande variedade de formas, do prédio com traços de balas ou estilhaços de obuses ao

³ Os acordos que puseram, oficialmente, fim à guerra civil foram concluídos no dia 22 de outubro de 1989 em Taëf, na Arábia Saudita.

⁴ O projeto de reconstrução Waad (a promessa) é de responsabilidade da Jihad al-bina, instituição que depende dos serviços administrativos do Hezbollah.

⁵ O Estado não reencontra completamente sua soberania, já que o Líbano é colocado sob tutela síria e que o sul do país fica ocupado por Israel até 2000.

edifício parcialmente desmoronado. O vazio de certos terrenos, notadamente nos bairros situados no entorno do centro da cidade, mostra, no que lhe diz respeito, a destruição recente de um prédio afetado ou não pela guerra, com vistas a uma reconstrução. Mas um prédio recentemente restaurado ou reconstruído, sinal de uma reparação recente, também faz sentir o impacto da guerra. Os tipos arquiteturais “vítimas” das guerras do período 1975-1990 constituem, entretanto, um conjunto relativamente homogêneo. Trata-se, principalmente, de prédios construídos entre 1860 e o início dos anos 1980, ou seja, um pouco mais de um século de criações arquitetônicas otomanas, coloniais, modernas e de estilo internacional. Se o exercício de inventário tipológico dos traços da guerra sobre o construído pode parecer vão, ele permite, no entanto, recolocar as práticas memoriais questionadas pela minha pesquisa nos diferentes regimes de historicidade (passados e atuais) com os quais têm conexão, ou seja, situar o objeto das lembranças no contexto da época que refletem (Brones, 2010c).

Essas páginas se inscrevem na exploração empírica de um terreno quase exemplar do ponto de vista das teorias da sociologia da memória, e em particular das relativas aos quadros espaciais da memória de Maurice Halbwachs (1994). Para ele, o conceito de memória coletiva remete, primeiro, ao grupo através do qual ela se transmite, na medida em que pelo menos um de seus membros consegue guardar lembranças graças ao contacto com um ou vários outros membros do grupo, mas também com objetos ou lugares que lhes são comuns. Assim, os lugares desempenhariam o papel de pontos de referência úteis à rememoração, na mesma medida que os indivíduos. Entretanto, parece que não existe hierarquia claramente estabelecida pelo autor entre esses dois fatores de garantia das lembranças. A estabilidade dos “quadros espaciais da memória”, da mesma maneira que a da coletividade (o grupo continua a evoluir numa relativa coerência em relação às situações cujo objeto são as lembranças), tornariam possível, de acordo com Halbwachs, o trabalho da memória individual e coletiva. Pode-se, então, legitimamente questionar quem – grupo ou espaço – deve ser o mais estável? E formular uma das perguntas fundamentais da minha pesquisa: como a memória “trabalha” num quadro urbano desagregado e sucessivamente recomposto pela guerra, a reconstrução e a especulação imobiliária?

A pesquisa, feita em Beirute entre 2006 e 2009, revelou o poder “monumental” das construções comuns. A referência às funções primeiras do monumento (Riegl, 1984), cujo papel é de “fazer lembrar”, permite, além disso, destacar a necessidade de apreender as questões da elaboração da memória coletiva para a análise dos processos de transformação dos espaços do quotidiano

em patrimônio público. Se, como dizia Halbwachs, os quadros espaciais “ajudam” a tornar precisas e a localizar as lembranças do grupo, a pesquisa mostrou que um indivíduo, voltando fisicamente aos lugares de sua infância, pode rememorar esse período, mesmo se é o último sobrevivente de sua família e não mantém mais nenhuma relação com seu meio social de então. Os lugares, agindo como indícios, traços e testemunhas de uma época que já se foi, teriam esse poder de gerar a lembrança. Eles substituiriam potencialmente o grupo, portanto, na fabricação da memória coletiva.

As construções afetadas pelas destruições da guerra são, pois, abordadas aqui a partir do postulado de seu *poder* memorial. Justamente por isso, se o suposto objeto memorial desses traços é a guerra, sua força evocativa não tem esse limite. A oeste da rua de Damas, antiga linha de demarcação que tinha separado a cidade, por mais de 15 anos, em duas partes relativamente homogêneas no plano confessional, o bairro de Khandaq al-Ghamiq é testemunha da situação: as ruínas desse antigo bairro misto de Beirute constituem a síntese visual das temporalidades da história da cidade cuja guerra é um dos tempos fortes.

A análise do que está em jogo em torno dessas ruínas visa a compreensão da construção das identificações coletivas urbanas contemporâneas. As práticas de transmissão, de heranças e as representações de que esses imóveis são objeto revelam a complexidade das relações entre as lembranças julgadas “benéficas” e o que pode parecer o negativo do trabalho da memória, zonas de sombra e de negação de certos episódios do passado. Por esta razão, o que poderia parecer, num primeiro momento, uma lacuna ligada às condições particulares da pesquisa torna-se, com a análise, revelador das tensões que regem a maneira e o poder de dizer (ou não) a guerra.

Khandaq al-Ghamiq

A toponímia remete, nas concepções de seus habitantes antigos e atuais, ao bairro situado na circunscrição predial de Bachoura, entre o cemitério sunita de mesmo nome e a avenida Bechara al-Khoury. Seus limites, ao sul, se situam no nível da avenida Fouad Chehab e, ao norte, das ruas Daoud Amoun e Ahmad Fares Chidiac. O nome, que remete à ideia de um fosso profundo, está certamente ligado ao traçado da rua Khandaq al-Ghamiq, que acompanha o desnivelamento do que foi, provavelmente, um antigo rio, desde a extremidade sul do cemitério até a rua da Síria. Esse bairro é o quadro de uma série de decalques memoriais sucessivos que constituem várias fases de sua história social e de seu desenvolvimento. A primeira, se for excluída a memória

dos mortos que povoam o cemitério de Bachoura desde o século VIII (Al-Hût, 1996), começaria por ocasião da primeira urbanização dessa zona a partir de 1860, quando da expansão da cidade para fora de seus muros. Seu declínio começa a partir da metade dos anos 50 até o início da guerra civil em 1976, data em que o bairro se esvazia de seus habitantes originários. Em sua maioria maronitas, siríacos católicos e armênios, coabitam com uma minoria sunita. Esses proprietários, funcionários e comerciantes, tinham contribuído para a urbanização do bairro na medida em que suas famílias foram aumentando. Ao sul e a oeste do cemitério, como ao sul das ruas Saad e Daoud Amoun, ou seja, às margens do setor estudado aqui, uma maioria de sunitas, proprietários históricos da zona, coexistiam com uma minoria xiita lá implantada desde os anos 40 e que, muito frequentemente, alugava apartamentos e lojas. Os xiitas de Bachoura, na maioria originários do sul do Líbano, tinham sido atraídos para esse bairro em razão de sua proximidade com o centro da cidade, principal zona comercial de Beirute antes de 1975. Assim como Bachoura, Khandaq al-Ghamiq era, portanto, caracterizado pela sua mistura confessional. Hoje em dia, se o último quase não é mais habitado, algumas famílias sunitas continuam proprietárias de prédios alugados para xiitas, majoritários em Bachoura e notadamente no sul do bairro, desde a rua Saad até a avenida da Independência, que marca um limite com o bairro Basta Tahta, que continua essencialmente habitado por sunitas. O corte confessional de Bachoura se organiza, pois, de maneira complexa, em uma série de bolsões e de estratos históricos onde as duas comunidades geram um território exíguo, cada uma reivindicando a sua autoctonia e sua superioridade demográfica.

A maioria dos prédios de Khandaq al-Ghamiq, hoje em ruínas, foram construídos entre 1880 e 1960. O bairro era, na origem, essencialmente residencial; ele acolhia, no entanto, importantes equipamentos que centralizam sua vida social: além de numerosas escolas, desenvolvia-se em torno da igreja de São Jorge dos siríacos católicos e do hospital do Sagrado Coração. A proximidade da Universidade São José e de numerosas congregações religiosas, como os irmãos Lazaristas, as Irmãs da Caridade e os equipamentos da São Vicente de Paula, situados mais ao norte no bairro de Ghalghoul, faziam dele um quadro de vida central e relativamente protegido do frenesi comercial do centro da cidade. Entretanto, os anos cinquenta e sessenta, e, sobretudo os anos do mandato do presidente Fouad Chéhab (1958-1964) foram marcados por uma convergência de fatores que carregavam mudanças profundas e irreversíveis e o esvaziamento progressivo do bairro. A modernidade arquitetônica nascente, com os valores que ela veicula-

va, incitou os habitantes do bairro a preferir as novas normas de conforto dos prédios com elevador, guarda e aquecimento central edificadas nos novos bairros modernos que eram representados, então, entre outros, por Hamra e Badaro. A partir de 1960, as vias expressas (avenida Bechara al-Khoury, avenida Fouad Chehab, avenida da Independência) foram abertas no coração dos traçados antigos. Além da intrusão que levou à destruição, com ilhas de moradias situadas em seu traçado, das sociabilidades que se tinham ali elaborado, essas vias contornaram o bairro que tornou-se, desde então, cada vez mais encravado. A avenida Bechara al-Khoury, atualmente dotada de administrações diversas, provocava o afluxo quotidiano de uma nova população de dirigentes e funcionários às margens do bairro.

Em 1958, a insurreição que opôs partidários da renovação do mandato de Camille Chamoun na presidência da República a seus opositores preferencialmente pró-Nasser e essencialmente muçulmanos tomou, no bairro, a forma de uma verdadeira guerra civil. A rua da Síria, que atravessa a zona de norte a sul, constituiu uma linha de demarcação entre territórios muçulmanos e cristãos no próprio interior do bairro Khandaq al-Ghamiq. Os cristãos, cercados, deixaram provisoriamente o bairro. Se foram numerosos os que voltaram, essa época, marcada pela transformação decisiva de sua presença, de seus ritmos e suas sociabilidades quotidianas, marcou, para a maioria dos antigos habitantes, o início de seu declínio. A qualidade das relações de vizinhança que faziam dele a principal chance de êxito, segundo o que dizem, tinha sido minada. O “transbordo” das atividades do centro da cidade para fora de seus limites originais, provocadas, notadamente, pelo povoamento comercial e administrativo dos novos eixos rodoviários, causando um aumento crescente da densidade ocupacional da zona em questão, tiveram repercussões unanimemente julgadas de maneira negativa pelos antigos habitantes desse bairro residencial.

No início da guerra, em 1975, uma pequena parte dos herdeiros dessas antigas famílias, pois, ainda residia lá. Numerosos apartamentos já tinham sido transformados em escritórios e só eram frequentados senão durante o dia pelos patrões e seus empregados. Os combates, ainda que periféricos na primavera de 1975, espalharam-se rapidamente para o interior da cidade de Beirute, antes de atingirem outras cidades (Kassir, 1994, p. 115). Desde o início das hostilidades, as frentes instituídas por ocasião dos acontecimentos de 1958 foram restabelecidas, e, no espaço de alguns meses, a avenida Bechara al-Khoury tornou-se uma linha de demarcação entre os bairros residenciais cujos bolsões foram ocupados pelos combatentes das diferentes milícias. Khandaq al-Ghamiq

tornou-se uma “zona verde”⁶. Na primavera de 1975, os últimos residentes cristãos deixaram o bairro no espaço de alguns dias, abandonando suas casas, levando com eles, na urgência, alguns móveis ou objetos preciosos do patrimônio familiar. Desde 1976, a maioria de suas casas foram reocupadas por famílias de refugiados xiitas que tinham fugido do bairro de Nabaa, na periferia leste de Beirute, depois do bloqueio infligido nessa zona pelas Falanges⁷. Eles viverão lá durante toda a guerra, sob a proteção das milícias, e depois até 2004. Nessa data eles deixam o bairro depois de ter obtido do Ministério dos Deslocados compensações que lhes permitiam voltar para sua região de origem ou, mais frequentemente, para a periferia sul de Beirute, sobretudo em Chiyah. A maioria deles, ainda que originários do sul do Líbano, não desejavam voltar para o modo de vida das aldeias.

A impossível volta

Até 2010, Khadaq al-Ghamiq ainda apresentava sua aparência do pós-guerra. A maioria dos prédios estavam vazios desde 2004, e os bolsões norte do bairro carregavam os traços de uma lenta degradação, estado de latência devido, principalmente, à manutenção da propriedade e à ocupação dos prédios por refugiados até uma data recente. Entre 2007 e 2009, as portas, as janelas e as sacadas dos prédios tinham sido muradas e os tetos das últimas casas “habitáveis” destruídos pelas empresas do investidor libanês Talal al-Zayn, cujo projeto em curso modifica radicalmente a aparência do bairro⁸. Desde o inverno de 2010, uma boa parte dos antigos prédios arruinados foi completamente destruída.

Entre 2004 e 2007, depois da partida dos “refugiados”, os antigos proprietários apressaram-se em vender seus terrenos, na maioria indivisos em razão de heranças sucessivas. Tratava-se da última maneira de valorizar a propriedade da terra, valor central na construção de seu sistema patrimonial burguês. Pelo ato da venda, eles declaravam luto em relação ao bairro de sua infância, do qual a permanência das casas, mesmo arruinadas, tinha se tornado o sinal. Raros são os que tinham aventado a hipótese de um retorno ao bairro. A maioria alimentava a seu respeito, ao contrário, uma rejeição que se traduz, hoje, por toda uma série de considerações negativas em

relação aos xiitas que o habitam. Reforçada pelos efeitos das alianças políticas atuais, essa posição se alimenta, igualmente, de uma confusão entre a população xiita “histórica” que mora em Bachoura desde a metade do século XX e as famílias dos deslocados que ocupavam as casas de Khandaq al-Ghamiq durante a guerra⁹. No seio dessa última categoria, a amálgama entre a atitude dos deslocados (*mujajjarin*) e dos squatters (*muhtallin*) alimenta de fato, entre essas partes, um conflito de legitimidade em relação à cidade. Ele tem por efeito fechar os xiitas numa categoria imprecisa que seria caracterizada por práticas que levam à desordem e cuja simples presença simbolizaria a latência da guerra (Sawalha, 2003). Os antigos proprietários adotam, então, uma visão comum construída sobre as frustrações originadas pela ocupação de suas casas durante a guerra. Totalmente esvaziado de seu substrato social tradicional, habitado pelo *outro* com quem eles estimam nada ter em comum, o novo investimento no bairro era, para a maioria deles, considerado impossível. Os prédios em ruínas do bairro fogem totalmente, pois, nesse caso, à mitificação que pode acontecer com outros edifícios hoje isolados numa malha urbana renovada, como é o caso, por exemplo, do prédio Barakat, que se tornará, em breve, o museu da cidade (Brones, 2010b). O impacto dessas ruínas “comuns” sobre a memória coletiva não é o mesmo da ruína-testemunha ou ruína-mensagem (para retomar um vocabulário barthesiano), que levanta a questão da gestação de uma memória coletiva ligada à reapropriação desses lugares por diversos grupos: passa-se à problemática memorial de uma sociedade local em seu conjunto.

As trajetórias residenciais e as práticas patrimoniais desses antigos proprietários se organizam, no caso, em duas lógicas distintas. A primeira concerne uma parte dos habitantes que tinham deixado o bairro nos anos 50 (a segunda ou terceira geração dos proprietários originais) preferindo-lhe, entre outras razões, um modo de vida mais “moderno”, que justificam pela adoção de novos critérios em matéria de habitação e “estilos de vida”. O período precedente teria sido mais voltado para os modos de agir herdados do fim do século XIX, época da primeira urbanização do bairro que se organiza em torno de uma geografia familiar de grandes propriedades, caracterizadas pela generalização de casas com hall central, e dos primeiros prédios ligados à época do Mandato francês. Depois da independência

⁶ Nome que servia de referência ao centro da cidade no momento em que, em 1976, tinha-se procurado regulamentar a circulação dos civis (Cf. Kassir, 1994, p. 146). Em seguida, foi amalgamado ao termo *linha verde* pelo qual os observadores estrangeiros designavam a linha de demarcação invadida pela vegetação durante os anos de guerra.

⁷ Antiga milícia e parte da direita cristã, hoje dirigida por Amín Gemayel.

⁸ As demolições deviam, supostamente, impedir o retorno dos refugiados para esses prédios. Dados recolhidos durante uma conversa com o diretor geral dos projetos arquitetônicos para o conjunto da zona em fevereiro de 2009.

⁹ Os julgamentos negativos foram acentuados desde o fim da guerra do verão de 2006 pela visibilidade que os partidários do Hezbollah tinham ganho no bairro (multiplicação dos cartazes e retratos dos mártires, controle do espaço...). Ela era devida, em grande parte, à proximidade do acampamento dos partidários da oposição (principalmente o Hesbollah e a Corrente Patriótica Livre do General Aoun) sobre a praça Riad al-Solh e ao sul da praça dos Mártires.

(1943), os valores da modernidade arquitetônica e urbana, instalando-se em outros bairros da cidade, arrastaram Khandaq al-Ghamiq ao declínio progressivo. Nota-se, aliás, na mesma época, o surgimento de um processo de “patrimonialização”¹⁰ na escala do bairro: suas ruas são renomeadas com nomes patronímicos das grandes famílias que se dispersam, à época, no resto da cidade (rua Saad, rua Tyane, rua Nasrallah Tarazi, rua Ahdab, rua Amoun). Além disso, a criação da APSAD (Associação para a Salvaguarda e a Proteção das Antigas Moradias) em 1965, em reação às destruições engendradas pelos novos projetos do período moderno, aparece, igualmente, como um sinal dessa passagem de uma época para outra. As narrativas de memória dos entrevistados remetem, no caso, aos dois quadros distintos que se sucedem um ao outro, cruzando-se, sem por isso se confundirem. As práticas “tradicional” e “modernista” do hábitat permitem a leitura desses diferentes regimes de valores simbolizados, respectivamente, pela casa de um andar (ou sem andar) em um jardim e a torre de moradia de várias dezenas de andares, implicando outras relações interfamiliares e de vizinhança e, em consequência, uma relação mutante com o espaço do entorno da rua e do bairro.

Esses universos de referência foram introduzidos, notadamente, durante as entrevistas feitas com diversos membros das mesmas famílias e, de maneira ainda mais explícita, quando eu fui ao bairro com estas pessoas – nos lugares da infância deles. Eles esclareceram, de maneira particularmente significativa, no caso (construído, para análise, enquanto caso exemplar) de uma pessoa que tinha vivido no bairro até o seu casamento e de sua filha que, ela, nunca tinha morado lá, a primeira representante do “antigo regime” e a segunda do “novo”, cujo ponto de ruptura situa-se, vale lembrar, em torno da metade dos anos cinquenta. Para além de seus respectivos olhares sobre a cidade, os desníveis eram perceptíveis na maneira como as referências espaciais da geografia histórica da família eram mobilizadas pela mãe e sua filha. Num momento em que nos encontrávamos na rua Tyane (o sobrenome de solteira da mãe e dos avós maternos da moça), essa última se espantou por ignorar a existência de uma rua com o nome de sua linhagem materna. Além disso, tratava-se de uma rua em que passava com muita frequência a fim de evitar os engarrafamentos da avenida Bechara al-Khoury. Ela nunca tinha vindo com sua mãe ao bairro (já que essa última nunca voltava lá), situado, no entanto, a apenas 10 minutos de seu domicílio atual. Da mesma maneira, as

estórias contadas pela mãe sobre sua infância no bairro pareciam espantar e distrair, no mais alto grau, sua filha, que dava, assim, a impressão de viver uma experiência inédita. Apesar dessa relação estreita de parentesco, o grupo era, no caso, “incoerente” do ponto de vista dos conceitos de Halbwachs sobre a memória coletiva, a mãe e a filha não tendo nenhuma lembrança comum ligada ao bairro. As lembranças da juventude, mantidas em silêncio pela mulher que tinha deixado o bairro por sua própria vontade nos anos 50, alguns anos antes de dar à luz sua filha, foram “despertadas” em contacto com os lugares e transmitidas nessa situação de entrevista particular que a filha aproveitou, aliás, para restaurar o contacto com a história inédita do passado de sua mãe. Assim sendo, se nesse caso preciso a permanência do grupo não implica, necessariamente, a transmissão das lembranças, a força memorial dos lugares fenece, no caso, por falta da transmissão da experiência vivida.

A outra “lógica” é fruto dos relatos dos antigos proprietários que moraram em Khandaq al-Ghamiq até 1975, ano do início da guerra civil, e de sua partida “suportada” do bairro. Esses relatos combinam, em razão da intrusão dos acontecimentos da guerra na vida familiar, as dimensões das memórias individual, familiar e histórica. Contando um período de sua vida – sua infância e frequentemente sua adolescência –, eles abrem caminho para a história do bairro entre os anos 1920 e 1960. Empréstimos de um certo idealismo ou até de uma certa nostalgia, esses relatos permitem uma descrição parcial do bairro à época. As lembranças referentes à guerra dão testemunho das disposições particulares desses indivíduos face à destruição, à perda, ao medo, etc. A memória histórica, para retomar as categorias halbwachsianas, imprime sua marca no relato que conta a experiência quotidiana em tempo de guerra. Esta, com efeito, é muitas vezes mencionada a partir da referência a acontecimentos reconhecidos de maneira mais consensual pelas diferentes partes engajadas no conflito¹¹: “onde estávamos no dia 13 de abril de 1975”, “o que fizemos em 1982”, as duas datas lembradas, a primeira como a que marcou o início da guerra¹² e a segunda a invasão israelense em Beirute. A outra modalidade do relato dos acontecimentos é a da anedota que se refere às situações de emergência nas quais os antigos proprietários do bairro se encontraram quando, deixando o local às pressas, tentaram levar com eles algumas coisas. Da mesma maneira, contam como, alguns meses mais tarde, durante as raras acalmias, eles voltaram a seus apartamentos, constatando

¹⁰ *Patrimonialisation*, no original. É um neologismo inexistente em qualquer dicionário, francês ou português, que já se tornou um jargão entre os profissionais que trabalham com museu ou história do patrimônio, palavra que, nesse artigo, ora tem conexão com a antropônimo, ora com o patrimônio (Nota da tradutora).

¹¹ Lembremos que não existe, atualmente, uma história oficial da guerra dita “civil”, denominação igualmente contestada em razão da presença de numerosos protagonistas estrangeiros nos conflitos (Israel, Síria), denominação substituída, geralmente, pela de “guerras”, no plural.

¹² Ela remete a um acontecimento preciso, o ataque de um ônibus de palestinos no bairro de Ain al-Ramaneh, na periferia de Beirute.

o tamanho da destruição e se desolando com sua ocupação por famílias de deslocados a quem, no entanto, confiaram, às vezes, a responsabilidade de assegurar a fiscalização e a proteção de seus bens de uma ocupação eventual (julgada muito mais desastrosa) por parte dos combatentes. Essas lembranças, longe dos relatos idealizados da infância no bairro antes da guerra, são de homens e mulheres de idade madura que tiveram que proteger seus filhos e abandonar repentinamente suas moradias¹³. Justamente por isso o caráter anedótico dos relatos, a incoerência cronológica da trama das lembranças e a evitação das questões de ordem política convidam a questionar o papel da guerra na constituição dessas memórias. Geralmente vivida como um período incomum da experiência quotidiana, mas também como a “colocação de parênteses” em projetos e trajetórias pessoais, a capacidade da guerra de *provocar uma ruptura* no decurso da existência poderia justificar a dificuldade que tinham essas pessoas de contar e evocar o que a tinha precedido?

O silêncio da guerra

A experiência vivida na Alemanha, depois da Segunda Guerra Mundial, tinha levado W.G. Sebald, nos anos 90, a propor uma reflexão sobre a impossibilidade de a literatura local dar testemunho da devastação dos bombardeios aliados sobre as cidades de seu país. Concluindo que “os que haviam escapado da catástrofe eram testemunhas duvidosas, parcialmente atingidos pela cegueira” (Sebald, 2004, p. 34), ele concordava com as teorias psicanalíticas do *reprimido* em consequência dos traumatismos de guerra. Da mesma maneira, em solo libanês, minhas observações tinham me levado a concluir pela impossível (ou difícil) historicidade dos acontecimentos traumáticos por parte dos indivíduos. O período da guerra se contava, no mais das vezes, a partir de fatos históricos pontuais ou de anedotas nos relatos não raro incoerentes onde apareciam, com bastante frequência, contradições (de cronologia), dando a impressão de desordem e confusão onde se poderiam esperar relatos construídos e elaborados. Em face disso, as conclusões dos psicanalistas eram unâimes: a elaboração psicanalítica, transformando a revivescência em rememoração, o traço (mnemônico) em pensamento, só seria possível num quadro favorável para “relançar o potencial transmissor”, o que significaria

“pôr representações” no vivido e “recorrer ao trabalho da história” (Gannagé, 2002, p. 276).

Entretanto, deslocando o foco para fora do quadro particular da análise, observa-se o apoio de diversos tipos de atores, dentre os quais, em primeira linha, artistas, personalidades públicas, políticos, associações ou instituições, de certos lances de memória com fins de reivindicações de identidade ou de vítima. A visibilidade de suas ações contribui para suscitar um “trabalho” coletivo de memória, rememorações ou a sublimação das lembranças (principalmente na expressão plástica ou literária) suscetíveis de arrastar uma vontade de transmissão. Além disso, a denúncia frequente do “esquecimento” nos discursos públicos não traduz outra coisa senão a vivacidade do fenômeno memorial (Lavabre, 2007). Esses usos fazem pensar que poderia haver uma forma de necessidade social da rememoração que a guerra poderia paralisar provisoriamente em razão de reparações consideradas mais urgentes, mas das quais se descobre, hoje em dia, os efeitos, sobretudo nas políticas de “patrimonialização” e de criação de memoriais resultantes de iniciativas civis, partidárias ou públicas¹⁴.

O “esquecimento” como transição

Parece, então, que, para tentar entender as estratégias memoriais em jogo nesses “defeitos” de transmissão e nessas “irregularidades” da memória verificadas junto aos antigos moradores de Khandaq al-Ghamiq, seria necessário se concentrar, de preferência, na singularidade dos usos da memória. Enquanto relato formulado no presente, é uma reconstrução (Halbwachs, 1994). No caso dessa habitante que tinha deixado o bairro nos anos cinquenta, a “ausência de transmissão” de certos dados da memória familiar à sua filha esclarece o uso do esquecimento, considerado uma das funções essenciais da memória. Com efeito, as ciências sociais, em particular os trabalhos de história e de sociologia da memória, designam mais frequentemente, com esse termo, um processo sociológico que remete às realidades psicológicas da *ocultação* ou da *denegação* de uma parte da história individual (Halbwachs, 1994; Nora, 1984; Muxel, 2007). O “esquecimento” tornaria possível a abertura à novidade e o fato de “derrogar o princípio de continuidade” (Muxel, 2007, p. 98). A modernidade urbana, introduzindo, no bairro, as modificações radicais do tecido urbano tradicional, tinha tornado obsoletas

¹³ Um dos paradoxos da pesquisa tal como ela se desenrolou junto dos “civis” é que a guerra sempre aconteceu em outro lugar. As ruínas do bairro tornaram-se, assim, o quadro das lembranças daqueles que, refugiados e/ou milicianos, ocuparam essas casas a partir de 1976.

¹⁴ Citemos, entre outras iniciativas, o novo projeto de memorial da prisão de Kham no sul do Líbano, cuja maquete é visível no site há quase um ano, destinado a substituir a prisão bombardeada em 2006 pela aviação israelense, o projeto de Memorial da guerra na praça dos Mártires, assumido pela associação “Memória para o Futuro” fundada por Amal Makarem e anunciado publicamente no dia 13 de abril de 2009 pelo Presidente Michel Sleiman durante as cerimônias anuais comemorativas da guerra civil e o projeto de Museu de História e da Memória de Beirute (Beit Beirut) assumido pela municipalidade de Beirute em parceria com a cidade de Paris, que abrirá suas portas em 2013.

certas tradições familiares, em especial os tipos de moradia em uso desde o fim do século XIX. Reforçados em suas escolhas pela tendência ao reagrupamento comunitário (“todo o mundo ia embora”), os indivíduos foram, assim, obrigados a abandonar seus hábitos passados. Tendo se tornado “mais sensíveis às condições presentes que ao prestígio do passado” (Muxel, 2007, p. 98), eles tinham aderido às novas normas que tornavam possíveis os processos coletivos de mudança. O “esquecimento”, permitindo uma seleção das lembranças com fins operacionais para o presente, era, pois, a estratégia graças à qual as famílias iam se organizar sobre novas bases.

Para aquelas que permaneceram no bairro até o início da guerra, a decisão de se separar dele definitivamente, vendendo seus bens imobiliários ao rico empreendedor Talal al-Zayn, traduzia representações da alteridade elaboradas antes da guerra e seladas com ela. Vender sua casa de Khandaq al-Ghamiq era exprimir a vontade de ultrapassar os episódios negros que desfiguravam a imagem idealizada e nostálgica do passado nesse bairro. Simbolicamente, manifestando assim a impossibilidade de reintegrar um bairro cuja memória não é mais suficiente para recriar laços, esse ato consagra a perenidade da relação com o *outro*, instituída dentro e pela sociedade de guerra. O “esquecimento” expresso pelo ato de venda, mas também pela inconsistência dos relatos que me fizeram meus entrevistados, permitia uma vez mais, aqui, aceitar a ruptura com o patrimônio imobiliário familiar.

Referências

- AL-HÛT, K. 1996. Bashûra, Makhbarat al-Ulamâ wa al-Sâlihîn. *Manar al-bouda*, 41:12-14.
- BRONES, S. 2010a. Al-Khandaq al-Ghamiq ou la mémoire en ruine. In: F. MERMIER; C. VARIN (dir.), *Mémoires de guerres au Liban (1975-1990)*. Arles, Actes Sud, p. 441-458.
- BRONES, S. 2010b. Ruines en attente. In: F. MERMIER; C. VARIN (dir.), *Mémoires de guerres au Liban (1975-1990)*. Arles, Actes Sud, p. 459-477.
- BRONES, S. 2010c. *Beyrouth et ses ruines (1990-2010): Une approche anthropologique*. Paris, France. Thèse de doctorat. Université Paris Ouest Nanterre La Défense, 450 p.
- DIEUDONNE, P. (ed.). 1994. Villes reconstruites: Du dessin au destin. In: COLLOQUE INTERNATIONAL SUR LES VILLES RECONSTRUITES, II, Lorient, 1993. *Actes...* Paris, l'Harmattan, 384 p.
- GANNAGE M. 2002. La résistance aux souvenirs. In: COLLOQUE MEMOIRE POUR L'AVENIR, Beyrouth, 2001. *Actes...* Beyrouth, Dar an-Nahar, p. 273-281.
- HALBWACHS, M. 1994. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, PUF, 367 p.
- KASSIR, S. 1994. *La guerre du Liban, de la dissension nationale au conflit régional*. Paris/Beyrouth, Karthala/CERMOC, 510 p.
- LAVABRE, M.-C. 2007. Paradigmes de la mémoire. *Transcontinentales*, 5:39-47.
- MUXEL, A. 2007. *Individu et mémoire familiale*. Paris, Armand Colin, 226 p.
- NORA, P. (dir.). 1984. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, T.I, 674 p.
- RIEGL, A. 1984. *Le culte moderne des monuments*. Paris, Seuil, 122 p.
- SAWALHA, A. 2003. Healing the Wounds of the War: Placing the War Displaced in Post-War Beirut. In: J. SCHNEIDER; I. SUSSER, *Wounded Cities, Destruction and Reconstruction in a Globalized World*. Oxford/New York, Berg Publishers, p. 271-289.
- SEBALD, W.G. 2004. *De la destruction comme élément de l'histoire naturelle*. Arles, Actes Sud, 153 p.
- VERDEIL, E. 2002. *Une ville et ses urbanistes: Beyrouth en reconstruction*. Paris, France. Thèse de doctorat, Université de Paris I, 647 p.

Referências complementares

- BARTHES, R. 1957. *Mythologies*. Paris, Seuil, 159 p.
- BODENSTEIN, R. 2005. The making and remaking of Zokak el-Blat. In: H. GEBHARDT; D. SACK; R. BODENSTEIN (dir.), *History, Space and Social Conflict: The Quarter of Zokak al-Blat, Beyrouth*. Beirut, Orient Institute of Beirut, p. 35-107.
- HARTOG, F. 2003. *Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris, Seuil, 257 p.

Submetido em: 15/12/2010

Aceito em: 26/07/2011

Sophie Brones
Institut Interdisciplinaire d'Anthropologie du Contemporain
IIAC/LAU, EHESS-CNRS
94 Rue de Verdun, 11000
Carcassonne, France